|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Tema:** | Análise do Pleito de Incentivos Fiscais | | |
| **Emitente:** | Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ | | |
| **Sistema** | Sistema de Tributos | | **Código:** STB |
| **Versão:** | 1 | **Aprovação:** Portaria nº 84-S/2018 | **Vigência:** 06/11/2018 |

|  |
| --- |
| OBJETIVO |

Elaborar a análise do pleito de incentivos fiscais.

|  |
| --- |
| ABRANGÊNCIA |

* 1. Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ

|  |
| --- |
| FUNDAMENTAÇÃO LEGAL |

* 1. Lei Complementar nº 225, de 08/01/2002.
  2. Lei Complementar Federal nº 101/2000.

|  |
| --- |
| SIGLAS |

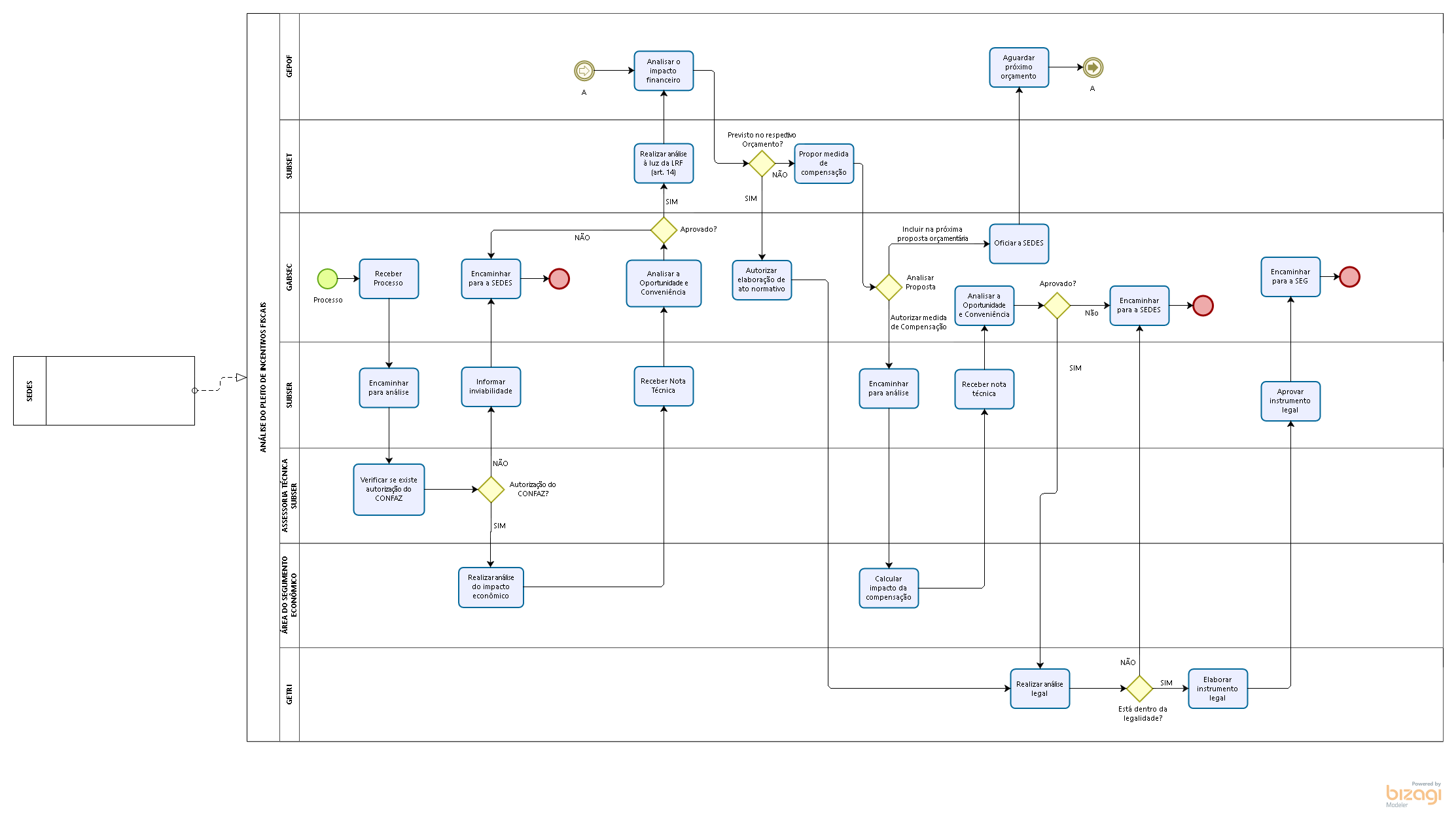
* 1. SEDES – Secretaria de Estado de Desenvolvimento.
  2. SEG – Secretaria de Estado do Governo.
  3. LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.
  4. LOA – Lei Orçamentária Anual.
  5. CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária.

|  |
| --- |
| UNIDADES FUNCIONAIS ENVOLVIDAS |

* 1. GABSEC – Gabinete do Secretário.
  2. SUBSER - Subsecretaria de Estado da Receita
  3. SUBSET - Subsecretaria do Tesouro Estadual
  4. GEPOF – Gerência de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado.
  5. GETRI – Gerência Tributária.
  6. Assessoria da SUBSER.

|  |
| --- |
| PROCEDIMENTOS |

* 1. **Fluxo de Procedimentos**

****

* 1. **Diretrizes Gerais para Análise do Pleito de Incentivos Fiscais**
     + 1. Receber, no GABSEC, processo da SEDES contendo a fundamentação econômica.
       2. Encaminhar para realização de análise pela SUBSER. Após análise, o processo é encaminhado para a Assessoria Técnica da SEBSER, para verificar se existe autorização do CONFAZ.
       3. Caso não haja autorização pelo CONFAZ, o processo é devolvido à SUBSER, que informa a inviabilidade ao GABSEC, que devolve o processo à SEDES.
       4. Caso haja autorização pelo CONFAZ, a Assessoria Técnica da SUBSER, encaminha o processo para a Área do Segmento Econômico realizar a análise do impacto econômico, resultando em uma Nota Técnica, que é encaminhada para a SUBSER.
       5. A SUBSER encaminha a nota técnica para o GABSEC que realiza a análise da oportunidade e conveniência do pleito.
       6. Caso o pleito não seja aprovado, o processo é devolvido à SEDES.
       7. Caso o pleito seja aprovado, o processo é encaminhado à SUBSET para realização da análise quanto ao art. 14 da LRF.
       8. A SUBSET encaminha o processo para a GEPOF, que faz a análise do impacto financeiro e devolve à SUBSET.
       9. Caso o impacto financeiro da medida esteja contemplado na estimativa de receita:
          1. A SUBSET encaminha o processo para o GABSEC, que autoriza a GETRI a realizar análise legal.
          2. Caso haja ilegalidade, o processo é devolvido ao GABSEC, que o devolve à SEDES.
          3. Caso haja legalidade, a GETRI elabora o instrumento legal e encaminha o processo à SUBSER.
          4. Após aprovação, o processo é encaminhado ao GABSEC, que o envia para a SEG.
       10. Caso o impacto financeiro da medida não esteja contemplado na estimativa de receita:
           1. A SUBSET propõe medida de compensação ao GABSEC.
           2. Caso a medida de compensação não seja aprovada pelo GABSEC, é encaminhado ofício para ciência da SEDES e o processo fica sobrestado na GEPOF, aguardando inclusão de proposta no próximo orçamento.
           3. Caso a medida de compensação seja aprovada pelo GABSEC, o processo é encaminhado para análise da SUBSER.
           4. Após análise da SUBSER, o processo é encaminhado para a Área do Segmento Econômico calcular o impacto da compensação, por meio de Nota Técnica.
           5. A Nota Técnica é encaminhada para o GABSEC realizar a análise da oportunidade e conveniência.
           6. Caso não seja aprovada a oportunidade e conveniência, o processo é devolvido à SEDES.
           7. Caso seja aprova aprovada a oportunidade e conveniência, o processo é encaminhado à GETRI para análise legal.
           8. Caso haja ilegalidade, o processo é devolvido ao GABSEC, que o devolve à SEDES.
           9. Caso haja legalidade, a GETRI elabora o instrumento legal e encaminha o processo à SUBSER para aprovação.
           10. Caso aprovado, o processo é encaminhado ao GABSEC, que o envia para a SEG.

|  |
| --- |
| ASSINATURAS |

|  |  |
| --- | --- |
| **EQUIPE DE ELABORAÇÃO** | |
| **Maria Elizabeth Pitanga Costa Seccadio**  Subgerente da SUDOR | **Marta Gonçalves Achiamé**  Supervisor de Área Fazendária |
| **Eduardo Pereira de Carvalho**  Supervisor de Área Fazendária | **Eliane Canal Leite da Silva**  Coordenadora de Projetos |
| **APROVAÇÃO:** | |
| **Bruno Funchal**  Secretário de Estado da Fazenda | Aprovado em 23/10/2018 |